



Relatório de Gestão da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular



EXPEDIENTE

Carlos Brandão

Governador do Estado do Maranhão

Felipe Camarão

Vice-governador do Estado do Maranhão

Lília Raquel de Negreiros

Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

Kelly Araújo

Secretária adjunta de Promoção do Índice de Desenvolvimento Humano

Daniel Formiga

Secretário adjunto dos Direitos Humanos

Rosilene Guajajara

Secretária adjunta dos Povos Indígenas

Armando Nobre

Secretário adjunto dos Direitos da Criança e do Adolescente

Beatriz Carvalho

Secretária adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Amanda Costa

Secretária adjunta dos Povos e Comunidades Tradicionais

Pedro Leonardo

Secretário adjunto da Participação Popular

Ivana Braga

Supervisora da Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso

Graça Moreira

Coordenadora de ações para o Combate ao Subregistro de Nascimento

Aluizio Torres

Supervisor de Promoção e Educação em Direitos Humanos

Cleide Moreno

Coordenadora de promoção dos Direitos da Pessoa Idosa

Ricardo Lima

Coordenador da política de promoção dos Direitos da Pessoa LGBTI+

Pesquisa e Organização de Conteúdo

Laila Marques

Danielle Moreira

Laura Márcia

Marcos Albuquerque

Tharcilla Roberta

Edição e Redação Final

Laila Marques

Projeto Gráfico

George Praciano

Fotografia

Manuela Farias

Acervo Ascom/Sedihpop

Relatório de Gestão da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular



É com imensa alegria que apresentamos o Relatório de Gestão da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular referente às ações do ano de 2024.

Em 2024, a Sedihpop reafirmou seu compromisso com a promoção dos Direitos Humanos. Foi um ano marcado por desafios, mas também por importantes avanços nas políticas públicas

voltadas para a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento da participação popular nas decisões do Governo do Maranhão.

Durante o ano, a Secretaria intensificou suas ações com foco na efetivação dos direitos das populações vulneráveis, no combate à discriminação e na promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. A implementação de programas e iniciativas voltadas à educação em direitos humanos, o acolhimento de grupos em situação de risco e o apoio a iniciativas de participação popular foram pilares centrais de nossa atuação.

A promoção da participação popular foi uma das grandes prioridades da Sedihpop em 2024. Realizamos mais uma edição do Orçamento Participativo, uma política pública de referência no Brasil e no mundo, que desde o ano de 2015 possibilita a priorização de políticas, projetos e obras a partir da escuta ativa dos anseios da população maranhense.

Também foram desenvolvidas as políticas públicas voltadas ao acolhimento e garantia de direitos à migrantes, refugiados e apátridas. Realizamos a I Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar) e participamos pela primeira vez da Conferência Nacional, com ativa participação

de migrantes que vivem no Maranhão.

O fortalecimento das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+, à defesa dos direitos das pessoas idosas e ao combate ao racismo religioso foram algumas das ações destacadas ao longo do ano. Assim como no combate a conflitos socioambientais, ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, com intensas articulações de âmbito local e nacional.

Fortalecemos a atuação de canais de diálogo entre o governo e a sociedade civil, com o fortalecimento dos conselhos estaduais de direitos, com as comissões e grupos de trabalho, que possibilitou a construção de políticas públicas mais inclusivas e representativas. As conferências, entre elas a Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizadas ao longo do ano, abriram espaços para que cidadãos de diversas regiões e contextos sociais pudessem apresentar suas demandas e contribuir diretamente para a elaboração de ações governamentais.

A Secretaria também investiu no atendimento direto à população por meio da Ouvidoria dos Direitos Humanos, Igualdade Racial e Juventude; do Centro Estadual de Apoio às Vítimas e da Central de Interpretação de Libras, possibilitando o diálogo direto com a gestão pública, articulação de políticas de apoio psicossocial e jurídico e de acessibilidade comunicacional.

O Relatório de Gestão 2024 reflete o trabalho constante da Sedihpop para transformar desafios em conquistas.

Ao olhar para o futuro, a Sedihpop se dedica a fortalecer suas parcerias com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e outros órgãos públicos, a fim de continuar avançando na luta. O compromisso com a promoção dos direitos humanos e a ampliação da participação popular continua!

Lília Raquel de Negreiros

Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

SUMÁRIO

1.	ENCONTRO ESTADUAL DE DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	6
2.	POVOS INDÍGENAS	7
3.	MIGRANTES E REFUGIADOS	8
4.	PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE	10
5.	PARTICIPAÇÃO POPULAR	11
6.	DIREITOS DA PESSOA IDOSA	12
7.	DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	14
8.	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	16
9.	DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	17
10.	PROMOÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	18
11.	REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO	20
12.	ESCOLA DOS CONSELHOS	21
13.	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+	22
14.	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	25

1. ENCONTRO DE DEFENSORES



Proteção a defensores e defensoras dos direitos humanos no Maranhão!

Em alusão ao Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrado no dia 10 de dezembro, a Sedihpop realizou o Encontro Estadual de Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Foram dois dias (18 e 19/12) de atividades para discutir as políticas públicas de proteção aos defensores e defensoras dos direitos humanos, oportunizar espaço para relatos e a trocas de experiências. Foram tratados temas como a “Política Pública Nacional de Proteção de Defensores dos Direitos

Humanos”, “Proteção e Segurança Pública”, “Apresentação de casos de proteção de defensores dos direitos humanos”, “Justiça e atuação jurídica dos Defensores dos Direitos Humanos” e “Articulação de políticas públicas como estratégia de proteção”.

O evento reuniu mais de 300 pessoas de diversas regiões do estado, entre eles defensores e defensoras dos direitos humanos, gestores públicos, povos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, população negra, ciganos participam do evento, além de conselheiros de direitos, conselheiros tutelares, profissionais do sistema de justiça, servidores públicos e estudantes.



2. POVOS INDÍGENAS

O Governo do Maranhão, sob a coordenação da Sedihipop, realizou um trabalho intenso para a articulação de políticas públicas para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas.

Essas iniciativas, articuladas de maneira integrada,

simbolizam avanços concretos no reconhecimento e na valorização das tradições indígenas, ao mesmo tempo em que promovem o acesso à políticas públicas para garantir melhores condições de vida e oportunidades para essa população.

OFICINA DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS



Em São Luís, aconteceu a Oficina de Governança da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, evento promovido pelo Ministério dos Povos Indígenas, em parceria com a Sedihipop.

Nesse encontro, lideranças indígenas, gestores de políticas públicas e atores do sistema de justiça uniram esforços durante três dias de diálogo e troca de experiências. Como resultado, foram elaboradas estratégias para a implementação dessa política, levando em consideração os saberes e práticas tradicionais dos povos indígenas, essenciais para a sua efetividade.

Em ação integrada para promover a sustentabilidade

e o desenvolvimento nos territórios indígenas, a Sedihipop acompanhou a Missão de Supervisão do FIDA na Aldeia Januária, localizada na Terra Indígena Rio Pindaré. Essa ação foi realizada de forma conjunta com a equipe do Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (PAGES).

A Sedihipop participou ainda da audiência com a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara. Durante o encontro, foram discutidas estratégias para ações conjuntas e a parceria com o Consórcio da Amazônia Legal, visando ampliar o impacto das políticas e programas destinados aos povos indígenas. Essas ações reafirmam o compromisso com o diálogo e a cooperação como pilares para a garantia dos direitos dos povos originários.

3. MIGRANTES E REFUGIADOS

Em 2024, a Sedihpop atuou de forma intensa na inclusão e garantia de direitos dos migrantes venezuelanos indígenas Warao e dos migrantes africanos que vivem no Maranhão. Para isso, estabeleceu parcerias estratégicas voltadas à assistência social, além de promover ações e eventos que integraram essas comunidades ao tecido social maranhense.

Além de assegurar o acesso a direitos básicos, as iniciativas buscam valorizar as



subjetividades e as riquezas culturais desses grupos, reforçando a importância do respeito à diversidade e da construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.



COMIGRAR

Em abril de 2024, o Maranhão sediou a I Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia do Maranhão (COMIGRAR), com o objetivo de discutir e propor diretrizes e recomendações para políticas públicas. Além disso, a conferência

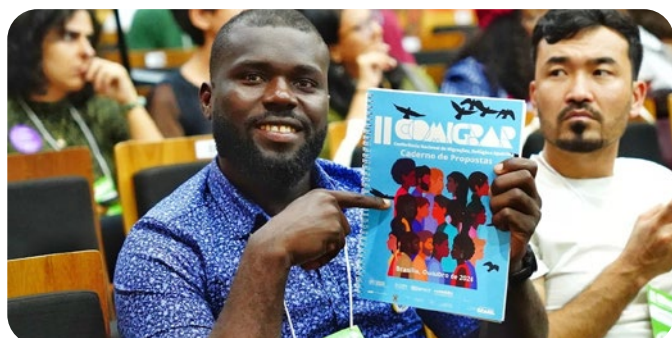


buscou garantir a participação social e política de migrantes, refugiados e apátridas em nosso estado, fortalecendo sua inclusão e cidadania.

As propostas elaboradas no evento foram apresentadas na Conferência Nacional, realizada em Brasília, no mês de novembro, com a participação da delegação maranhense. Durante a plenária final da etapa nacional, duas propostas do Maranhão ganharam destaque e foram aprovadas: a criação de Centros de Referência para atendimento à população migrante, refugiada e apátrida; e a criação de centros ou pontos de apoio, especialmente voltados para o atendimento a mulheres migrantes,

refugiadas e apátridas, por meio da Casa da Mulher Brasileira. Essas propostas foram incorporadas ao Plano Nacional de Políticas Públicas, consolidando sua relevância no contexto nacional.

O trabalho da Sedihipop nas etapas preparatórias da COMIGRAR recebeu reconhecimento público do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), evidenciando o impacto e a importância das ações. Esse reconhecimento reafirma o compromisso com a proteção e inclusão da população de migrantes, refugiados e apátridas em situação de vulnerabilidade no Maranhão.



MIGRACIDADES

A partir do trabalho desenvolvido pela Sedihipop, o Maranhão recebeu o Selo MigraCidades 2024, como reconhecimento às boas práticas no processo de aprimoramento da governança migratória local, à atuação e o engajamento da gestão pública estadual ao longo do último ano para garantir direitos básicos, respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária para todos.

O Selo MigraCidades é uma iniciativa implementada pela Agência da ONU para as Migrações (OIM) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



4 PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE



A paz no campo é uma das prioridades do Governo do Maranhão e a Sedihpop tem desempenhado um papel fundamental na garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a mediação de conflitos socioambientais de forma eficaz.

Em 2024, a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV) realizou 150 visitas com o objetivo de

apurar violações de direitos humanos em comunidades afetadas por conflitos agrários. A escuta das comunidades é essencial para construção de estratégias efetivas para mediação, prevenção e redução de conflitos, contribuindo para a paz no campo e justiça social.

COMBATE À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Com o objetivo de intensificar o combate às violências institucionais, foi realizada a seleção de

membros do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, por meio de edital público. A equipe garantirá a ampliação das inspeções e monitoramentos em

unidades de privação de liberdade. Essa ação visa prevenir casos de tortura e penas cruéis, além de assegurar a preservação da dignidade humana.



5. PARTICIPAÇÃO POPULAR



A efetivação dos Direitos Humanos é feita com Participação Popular!

No Orçamento Participativo 2024, realizado no período de 07 de junho a 11 de julho, a Sedihpop percorreu as 32 regiões de planejamento do estado realizando audiências públicas para definir as prioridades dos maranhenses. Mais de 12 mil pessoas votaram e escolheram as propostas que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA 2025).

Na região da Ilha do Maranhão, que compreende a região metropolitana de São Luís, a população optou por priorizar a proposta: Instituir, na área da infância

e juventude, a execução regional dos Centros Integrados de Atendimento à Criança e Adolescente vítimas de violência e coordenar a articulação de políticas públicas para a proteção integral infanto-juvenil.

Já na região do Tocantins, a população priorizou a proposta: Desenvolver e promover descentralização dos serviços da administração pública do Estado criando estrutura para procedimentos administrativos da Secretaria do Estado para atendimento na região (hoje concentrado em São Luís).



6. DIREITOS DA PESSOA IDOSA



Em 2024, a política voltada para a pessoa idosa no Maranhão alcançou marcos importantes, com ações inovadoras e de grande impacto.

A Sedihpop firmou um termo de cooperação com o Senac, promovendo a inclusão social da população idosa, por meio de cursos profissionalizantes em diversas áreas.

O projeto Maranhão com Direitos deu início a uma série de capacitações, começando com os cursos de tapeçaria e bijuteria, que impactaram positivamente 45 mulheres idosas. A cerimônia de certificação, realizada no Shopping Rio Anil, marcou esse momento, onde também ocorreu a exposição dos materiais produzidos durante os cursos, destacando o talento e a criatividade das participantes.



O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Cedima) empossou 30 novos representantes – 15 do poder público e 15 da sociedade civil – para o biênio 2024/2026. O Cedima segue como um instrumento fundamental para a participação popular e o controle social, garantindo a elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas voltadas à população idosa do estado.



De forma pioneira, a Sedihipop, em parceria com a Universidade Ceuma, realizou o 1º Fórum de Políticas Públicas para a População LGBTQIA+ Idosa, um evento que destacou os desafios enfrentados por essa população, ao mesmo tempo que fomentou o diálogo entre a sociedade civil, o poder público

e a academia. O Fórum teve como foco a criação de políticas públicas inclusivas, reforçando o compromisso do Governo do Maranhão com a plena cidadania e o respeito aos direitos dessa parcela tão importante da sociedade.



7 DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Acessibilidade, inclusão social e direitos humanos seguem de mãos dadas no Maranhão. Ao longo de 2024, a Sedihpop realizou diversas ações com foco

na garantia de direitos das pessoas com deficiência, reafirmando o compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS E NACIONAIS



A Sedihpop e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência promoveram a V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Maranhão, na capital São Luís. Durante o evento, foi realizada a assinatura do Termo de Adesão ao Novo Plano Viver Sem Limite, entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o

Governo do Maranhão, um passo importante para fortalecer as políticas de inclusão e acessibilidade no estado.

Em seguida, a delegação do Maranhão participou da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Brasília, com 22 representantes. Nesse espaço, foram apresentadas as



propostas elaboradas no estado para construção de políticas públicas mais efetivas, focadas na promoção dos direitos

dessa população e na eliminação das barreiras que ainda limitam o pleno exercício de cidadania.

POSSE DO CONSELHO

Foi empossado este ano o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, composto por 38 conselheiros, sendo 18 representantes do poder público estadual e 20 da sociedade civil. A posse do novo conselho simbolizou um avanço significativo na representação e defesa



dos direitos dessa população. Na ocasião, também tivemos a inauguração da revitalização da sala do conselho estadual, proporcionando um ambiente mais adequado e acessível para o trabalho das deliberações e ações que impactam diretamente a vida das pessoas com deficiência no Maranhão.



CAC

Inauguramos também a Central de Acessibilidade Comunicacional (CAC), um equipamento social para garantir a inclusão das pessoas com deficiência no Maranhão. Por meio da CAC, serão ofertados serviços essenciais como tradutor/intérprete de Libras, audiodescrição e adaptação de materiais de comunicação para formatos acessíveis em Braille, promovendo a plena participação dessas pessoas na sociedade.

Dessa forma, a CAC passa a realizar o atendimento antes desempenhado pela Central de Interpretação de Libras (CIL), que em 2024 realizou mais de 600 atendimentos, atendendo a uma demanda crescente por serviços de acessibilidade e comunicação inclusiva.



CAPACITAÇÕES

Ao longo do ano, foram realizadas diversas ações de capacitação em acessibilidade, incluindo cursos e palestras voltados ao combate ao capacitismo e à promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Entre essas ações, destaca-se o projeto Mulheres Mil, uma iniciativa do Governo Federal em parceria com o Governo do Maranhão, que visa à qualificação profissional de mulheres, especialmente aquelas com deficiência, para facilitar seu acesso ao mercado de trabalho.

8. ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO

O Maranhão ao longo dos anos vem se tornando uma referência nas políticas públicas de enfrentamento a esse crime, ampliando ações de conscientização, capacitação de profissionais que atuam na rede de atendimento às vítimas resgatadas, no monitoramento de casos, na sistematização de dados e na busca ativa aos trabalhadores e trabalhadoras vítimas desse crime.

No ano de 2024 foram monitorados sete casos de resgates de trabalhadores oriundos do Maranhão, com encaminhamentos de 47 vítimas para atendimento pela Assistência Social.

Também em 2024 foram apontados avanços significativos nos processos de sistematização dos casos e do monitoramento das ações de busca ativa aos trabalhadores e trabalhadoras vítimas desse crime, notadamente por



meio de melhorias nas ferramentas de acompanhamento.

Uma dessas ferramentas é o Sistema Integra 2.0, instrumento de pesquisa e construção coletiva de dados, com objetivo de inserir dados dos trabalhadores resgatados e monitorar as ações de políticas públicas para erradicação do trabalho em condições análoga à escravidão.

A plataforma serviu de referência para a pesquisa realizada pela Universidade de Stanford, conduzida pelo Stanford Human Trafficking Data Lab



(Laboratório de Dados sobre Tráfico Humano de Stanford). O objetivo da pesquisa é coletar dados para a criação de protocolo do Sistema Integra 2.0, para fortalecer a rede que atua no enfrentamento ao trabalho escravo, encaminhar vítimas para atendimento e evitar que

novas vítimas continuem sendo cooptadas.

A iniciativa visa tornar o Maranhão em um marco no atendimento de pessoas que foram vítimas e reduzir o número de reincidência em condições de trabalho análogas à de escravo.



9. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

POSSE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Em 2024, foi empossado o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. No novo mandato, vigente no período de 2024-2026, a presidência fica a cargo da Sedihpop, obedecendo ao regime de alternância entre poder público

SIPIA

O SIPIA, sistema nacional voltado ao registro e monitoramento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi atualizado em 2024 para ampliar sua funcionalidade e reforçar a capacidade

e sociedade civil. O conselho segue como um importante instrumento de participação popular e controle social para formulação e implementação de políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar de crianças e adolescentes no estado.

dos conselhos tutelares de responder de forma ágil e precisa às violações de direitos. Essas melhorias visam otimizar a resposta dos órgãos responsáveis, proporcionando maior eficiência nas ações de proteção à infância e adolescência.



INFÂNCIA PROTEGIDA

O programa Infância Protegida, voltado ao combate à violência contra crianças e adolescentes, foi implementado por meio de práticas formativas e do incentivo à articulação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente nos municípios



maranhenses. Dessa forma, a iniciativa promoveu um fortalecimento das redes de proteção, permitindo uma atuação mais eficaz na prevenção e no enfrentamento de casos de violência.

10. PROMOÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Nas comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim, o projeto piloto “Núcleo de Comunicação Comunitária” segue avançando. Por meio dessa iniciativa, a Sedihipop promove oficinas de educação midiática para jovens quilombolas, com o objetivo de incentivar o uso consciente e estratégico das mídias. Paralelamente, são realizadas oficinas sobre boas práticas em agroecologia, fortalecendo a produção

sustentável e a preservação dos saberes tradicionais dessas comunidades.

Em 2024, uma das atividades foi uma visita guiada a veículos de comunicação de São Luís, uma experiência enriquecedora que ampliou horizontes e reforçou o protagonismo juvenil, conectando-os a novas oportunidades e ao fortalecimento de suas identidades culturais.



YOUTH 20

A Sedihipop participou do lançamento do Youth20 para 2024 (Y20), o grupo oficial de engajamento das juventudes no G20 que pela primeira vez será liderado pelo Brasil, contribuindo na construção das propostas voltadas para as juventudes, no eixo de combate à fome, pobreza e às desigualdades.

O evento reuniu representantes de governos estaduais e nacionais dos 20 países de maior economia do mundo para a formulação de políticas públicas voltadas para as juventudes. Um marco para a representatividade da juventude em fóruns internacionais.



ECO SEDIHPOP

Para promover o combate à poluição e preservação do meio ambiente, foi desenvolvida a campanha “Eco Sedihipop”, com foco em ações sustentáveis para promover uma cultura institucional de proteção ao meio ambiente e melhor gestão dos recursos.

A iniciativa conta com a implementação de alternativas para a redução de resíduos sólidos, uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, sensibilização e capacitação de servidores, além de construções e contratações públicas sustentáveis.



11

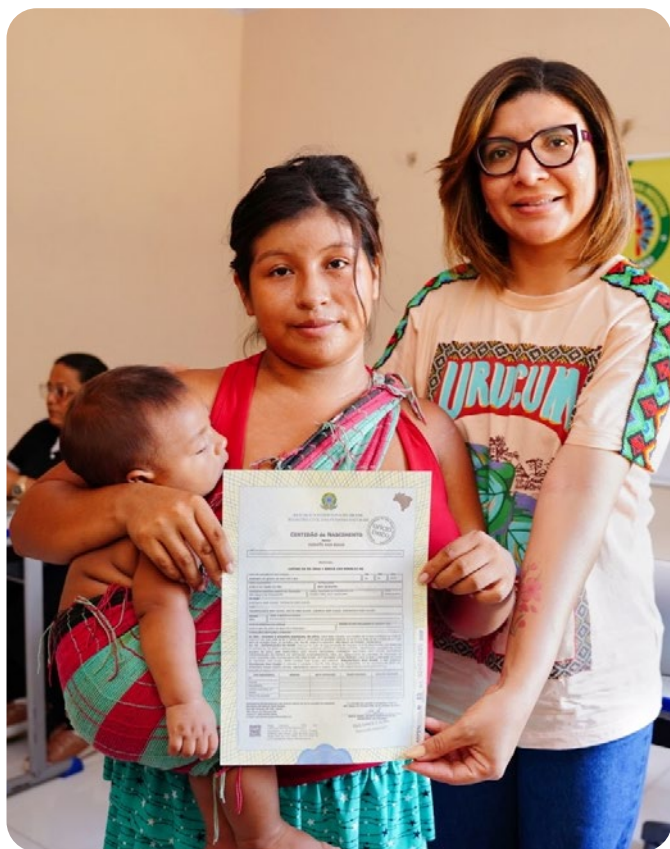
REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO - RCN

No Maranhão, a cidadania é um direito de todos, garantido desde os primeiros meses de vida. Com a implementação da Política de Promoção do Registro Civil de Nascimento, milhares de maranhenses estão conquistando o direito à documentação básica, essencial para o exercício pleno da cidadania.

Em 2024, a Sedihipop promoveu o Mutirão Identidade Cidadã e Cidadania Indígena em oito municípios: Peritoró, Jenipapo dos Vieiras, São João do Carú, Bom Jardim, Pirapemas, Fernando Falcão,

Viana e Alcântara, participando ativamente de ações realizadas por parceiros do poder público e da sociedade civil.

A Sedihipop também realizou importantes ações formativas para prevenção e combate ao sub-registro, entre elas o primeiro encontro Diálogos sobre Cidadania e Documentação Civil Básica na Rede de Saúde, voltado para agentes públicos. Essas iniciativas são fundamentais para garantir o acesso à cidadania e a inclusão social no estado.



12. ESCOLA DOS CONSELHOS

SEMINÁRIO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL

Em novembro de 2024, a Sedihpop realizou o II Seminário Estratégias para Enfrentamento ao Racismo Institucional com o tema “Estratégias para o Enfrentamento ao Racismo Institucional”, com uma programação alusiva ao chamado “Mês da Consciência Negra”

O evento reuniu um público diverso para discussão sobre relações étnico-raciais, direitos humanos e políticas públicas, a fim de fortalecer o acesso a direitos e ações que visem a equidade no serviço público.

CICLOS DE ESTUDOS INTERNOS

Em 2024, a Escola dos Conselhos seguiu realizando os Ciclos de Estudos Internos, que fazem parte do processo formativo dos profissionais que atuam na política de promoção dos direitos humanos no Maranhão, para ampliar o repertório

de conhecimentos e qualificar as ações de governo. Entre os temas abordados neste ano estão a Política Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBTQ+ e o combate às práticas de assédio no ambiente de trabalho.



CURSOS DE FORMAÇÃO

A Escola dos Conselhos Elizângela Cardoso Correa ampliou sua atuação com cursos voltados à capacitação de lideranças locais e

o fortalecimento do controle social. Em Codó, atendendo à solicitação do Fórum de Organizações da Sociedade Civil, foi

realizado o Curso de Elaboração de Projetos Sociais e Captação de Recursos, que beneficiou comunidades de oito municípios vizinhos. Essa

iniciativa foi fundamental para fortalecer a participação popular e desenvolver habilidades essenciais para a sociedade civil.

13 DIREITOS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+



Em 2024, o Maranhão foi destaque com importantes ações voltadas à população LGBTQIA+, sendo o primeiro estado a assinar o projeto-piloto Empodera+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, um dos programas que integra a Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda.

O governador Carlos Brandão também assinou o Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+, garantindo a implementação de políticas direcionadas ao segmento em áreas fundamentais como saúde, educação, segurança e direitos humanos.



SEMANAS DA DIVERSIDADE

A Sedihipop participou ativamente das Semanas da Diversidade, realizadas em diversos municípios, com o objetivo de apoiar a construção de políticas

públicas municipais voltadas à população LGBTQ+ e subsidiar a formação dos delegados para a etapa estadual que será realizada em 2025.



ENFRENTAMENTO À LGBTQFOBIA

A Sedihipop participou ativamente das Semanas da Diversidade, realizadas em diversos municípios, com o objetivo de apoiar a construção de políticas públicas municipais voltadas à população LGBTQ+ e subsidiar a formação dos delegados para a etapa estadual que será realizada em 2025.



O ano de 2024 foi repleto de importantes articulações políticas. Em Recife, a Sedihipop representou o Maranhão no Transforma Pride, um dos maiores eventos dedicados ao fomento ao empreendedorismo de pessoas LGBTQIA+. Em

Fortaleza, a Sedihipop esteve presente na Audiência Pública do Nordeste do Grupo de Trabalho Interministerial Memória e Verdade das Pessoas LGBTQIA+, promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.



Já em Brasília, a Sedihipop coordenou a Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+, reunindo gestores estaduais e municipais para fortalecer as políticas públicas voltadas ao segmento. Ainda em Brasília, a secretária de Estado dos Direitos Humanos, Lília Raquel de Negreiros, se reuniu com a ministra Macaé Evaristo, no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, para alinhamento estratégico sobre o projeto-piloto do Programa Empodera+.



14. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

COMISSÃO ESTADUAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CEPCT/MA)

Instituída por meio do Decreto n. 37763/2022, do Governo do Maranhão, a CEPCT/MA é um colegiado consultivo que tem o objetivo de promover o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais nas mais diversas áreas, para o fortalecimento da garantia de direitos territoriais, ambientais, sociais e econômicos.

Em 2024, a Comissão permaneceu com atuação relacionada à proteção deste segmento com o objetivo de propor e avaliar as políticas públicas de

impacto para povos e comunidades tradicionais no Maranhão.

Em Miranda do Norte foi realizada a primeira escuta organizada pelo Grupo de Trabalho dos Povos Ciganos. No total, serão cinco rotas estratégicas para ouvir as demandas do segmento no Maranhão. Um passo importante para a construção e implementação de políticas públicas voltadas aos direitos e necessidades dos povos ciganos no Maranhão.



CADASTRO ESTADUAL DE COMUNIDADES ADICIONAIS (CECT)

No Parque Estadual do Mirador, a Sedihpop, em parceria com a Superintendência de Unidades de Conservação da SEMA, e com apoio do Programa Copaíbas, realizou a inserção das comunidades tradicionais no âmbito do Cadastro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CECT).

Essa ação visa reconhecer a tradicionalidade das comunidades existentes e pavimentar os caminhos para que eles possam permanecer na área do Parque do Mirador, com seus direitos garantidos e de acordo com a legislação ambiental.





O Cadastro Estadual de Comunidades Tradicionais (CECT) foi instituído em 07 de janeiro de 2022, por meio da Portaria N° 02-GAB/Sedihpop, para o levantamento e registro de informações sobre as comunidades. O objetivo é construir um banco de dados para subsidiar a articulação de políticas públicas e a realização de consulta livre, prévia e informada.

Em 2024, a Sedihpop lançou a modalidade online

dos formulários para a realização do Cadastro por meio da Plataforma Participa MA. Até o momento, 1.494 comunidades estão incluídas no CECT.

Além disso, no âmbito da articulação e diálogo, promovemos o seminário “Convergências entre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Cadastro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais”, garantindo o reconhecimento e a proteção dos territórios das comunidades, em parceria com a SAF.



COMBATE AO RACISMO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA



Em 2024, a Sedihpop realizou diversas ações para o fortalecimento do combate ao racismo e à intolerância religiosa. Entre elas, foi realizado o I Festival Cultural “Iemanjá, Rainha do Mar”, com o tema: “Diversidade e cidadania no combate ao racismo religioso”.

O evento, realizado em parceria com secretarias estaduais e os movimentos sociais, celebrou a cultura e os direitos dos povos de terreiro e matriz africana, fortalecendo o compromisso do Maranhão com a proteção dessas comunidades, além da oferta de serviços em cidadania, saúde e orientações jurídicas.

A programação contou com a acolhida dos povos de terreiro que realizaram uma mística para reverenciar



a cultura, a diversidade e as tradições das religiões de matriz africana e afro-brasileira. Em seguida, a programação cultural com apresentação de artistas e grupos culturais vinculados às tradições de terreiro do Maranhão. Foram shows musicais, performances teatrais e contação de histórias.

Além disso, durante o festival foram ofertados diversos serviços ao cidadão e atividades recreativas. Entre as ações realizadas registra-se o mutirão do cadastro estadual dos povos e comunidades tradicionais, a emissão de 2ª via do CPF, orientações sobre Carteira de Trabalho Digital, inscrição e atualização do cartão do SUS.



SERVIÇOS DA SEDIHPOP

As vítimas de violações de Direitos Humanos encontram no âmbito da Sedihipop duas ferramentas essenciais na luta por justiça: a Ouvidoria dos Direitos Humanos, Juventude e Igualdade Racial e o Centro Estadual de Apoio às Vítimas (Ceav). Em 2024, a Ouvidoria desempenhou um papel fundamental, realizando 240 atendimentos e registrando denúncias de violações. O Ceav, por sua vez, prestou apoio a mais de 250 vítimas de violência, oferecendo assistência jurídica e psicossocial. Esses serviços são essenciais para promover o acesso à reparação e à justiça e assegurar os direitos das vítimas.

CONTATOS

Ouvidoria dos Direitos Humanos, Igualdade Racial e Juventude

(98) 99104-4558

Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV)

(98) 99200-1442

Cadastro Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CECT)

(98) 99101-9223

Núcleo de Proteção à Pessoas Ameaçadas (NPPA)

(98) 99121-3995

@direitoshumanosma

s e d i h p o p . m a . g o v . b r



SEDIHPOP
Secretaria de Estado
dos Direitos Humanos
e Participação Popular